



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-CCSA**  
**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO-DECOM**  
**CURSO DE JORNALISMO**

**SANDRO GARCIA**

**EDUCAÇÃO, POLÍTICA E COMUNICAÇÃO, UM ASSUNTO DE SALA DE AULA**

**CAMPINA GRANDE - PB**  
**DEZEMBRO 2017**

**SANDRO GARCIA**

**EDUCAÇÃO, POLÍTICA E COMUNICAÇÃO, UM ASSUNTO DE SALA DE AULA**

Monografia apresentada a Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos para a conclusão do curso de Jornalismo.

Orientadora: Prof<sup>o</sup>. Dr. Antônio Roberto Faustino da Costa

**CAMPINA GRANDE - PB**

**DEZEMBRO 2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G216e Garcia, Sandro.  
Educação, política e comunicação, um assunto de sala de aula [manuscrito] : / Sandro Garcia. - 2017.  
45 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Antonio Roberto Faustino, Coordenação do Curso de Jornalismo."

1. Escola. 2. Comunicação. 3. Política. 4. Sala de aula. 5. Educação. 6. Políticas educacionais.

21. ed. CDD 302.2

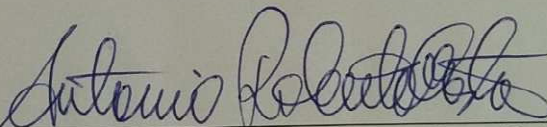
**SANDRO GARCIA**

**EDUCAÇÃO, POLÍTICA E COMUNICAÇÃO, UM ASSUNTO DE SALA DE AULA**

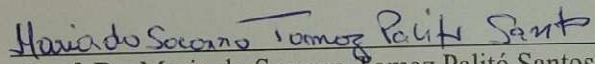
Monografia apresentada a Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos para a conclusão do curso de Jornalismo.

Aprovada em: 19/11/2017.

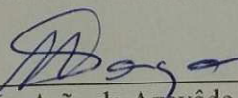
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Antonio Roberto Faustino da Costa (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Maria do Socorro Tomaz Palitó Santos  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Arão de Azevêdo Souza  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico ao

*Senhor Jesus Cristo, que me resgatou e sempre me deu forças para prosseguir na caminhada.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Criador em primeiro lugar ao professor Antônio Roberto Faustino por ter me ajudado nessa tarefa, e a meu pai Antônio José Garcia, em memoriam, por sempre ter me incentivado estudar.

## ***Epigrafe***

***“Aquele que não conhece a verdade é simplesmente um ignorante, mas aquele que a conhece e diz que é mentira, este é um criminoso”***

*Bertolt Brecht*

GARCIA, Sandro. **EDUCAÇÃO, POLÍTICA E COMUNICAÇÃO, UM ASSUNTO DE SALA DE AULA.** Monografia. Graduação em Jornalismo. UEPB: Campina Grande, 2017.

## **RESUMO**

Esse trabalho tem por objetivo sondar os alunos e professores sobre o conhecimento na área da política e da educação, o como as políticas educacionais dependem da tradicional para a sua execução. Outro assunto tratado aqui é a forma como são emitidas as concessões públicas para a transmissão de rádio e televisão no Brasil, quem pode emitir e quem pode exercer o direito de transmissão segundo a lei. A metodologia aplicada nessa pesquisa constitui-se na aplicação de questionários com alunos e professores tendo por objetivo entender o nível de conhecimento desses sobre essas áreas, podendo assim tornar a comunidade escolar capaz de refletir e demonstrar que a participação política é uma necessidade básica do ser humano, e também propor aulas de história usando o livro didático, para trabalhar essa questão, promovendo um espaço para tratar da importância de formar cidadãos participativos e atores dos destinos da sociedade em que a escola está inserida. A pesquisa resultou na descoberta de que a maioria dos professores e estudantes não compreendem o processo político brasileiro, bem como não compreendem as esferas de poder como legislativo, judiciário e executivo. Também ignoram de forma geral o processo de concessão para a radiodifusão.

**Palavras-Chave:** Escola; comunicação; política; sala de aula.



## **ABSTRACT**

The aim of this work is to probe students and teachers about knowledge in the field of politics and education, how education policies depend on the traditional one for their execution. Another issue addressed here is the way in which public concessions are granted for radio and television broadcasting in Brazil, who may issue and who may exercise the right of transmission under the law. The methodology applied in this research is the application of questionnaires with students and teachers in order to understand the level of knowledge of these areas and can thus make the school community able to reflect and demonstrate that political participation is a basic need of being and also to propose history classes using the didactic book to work on this issue, promoting a space to address the importance of forming participatory citizens and actors of the destiny of the society in which the school is inserted. The research resulted in the discovery that most teachers and students do not understand the Brazilian political process, nor do they understand the spheres of power as legislative, judicial, and executive. They also generally ignore the concession process for broadcasting.

**Keywords:** School; Communication; policy; classroom.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>A conquista democrática e a repulsa dos jovens pela política.....</b>	<b>09</b>
<b>2.1</b>	<b>A necessidade cultural de o ser humano ser político.....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>Entendendo a realidade da escola.....</b>	<b>15</b>
<b>3.1</b>	<b>Resultado da discussão-analisando o trabalho de campo.....</b>	<b>18</b>
<b>3.1.1</b>	<b>Questionário sobre a na formação política dos estudantes do 9º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental de Camará, Matinhas-PB, ano de 2014 e 2017.....</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>Concessão pública para a radiodifusão e democracia: um assunto que interessa a escola .....</b>	<b>26</b>
<b>4.1</b>	<b>O avanço nas comunicações humanas e a sociedade moderna.....</b>	<b>27</b>
<b>4.2</b>	<b>A mediação e as concessões públicas.....</b>	<b>29</b>
<b>5</b>	<b>O que os professores pensam sobre esse assunto? .....</b>	<b>32</b>
<b>5.1</b>	<b>Questões sobre as concessões públicas junto aos professores.....</b>	<b>32</b>
<b>5.2</b>	<b>Respostas às questões sobre as concessões públicas para a mídia.....</b>	<b>33</b>
<b>6</b>	<b>Considerações finais.....</b>	<b>35</b>
<b>7</b>	<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>36</b>

## 1. Introdução

Nos últimos anos, fins do Século XX e Início do Século XXI, se ouve muito falar no descaso dos jovens pela política, que os levam a não querer participar desse processo, pensando ser esse um espaço reservado para pessoas que se tornaram profissionais na arte de corromper o Estado fazendo uso da política para benefício próprio. Desse modo, a juventude não mais se importa com o futuro do país, se quer compreende como está organizado o poder no país e como suas instâncias atuam.

Diante de tal realidade, o trabalho que hora se apresenta tem por objetivo propor uma reflexão em torno da questão, compreendendo se o fato de ter a liberdade de pensamento, manifestação, imprensa e expressão garantida aos jovens na contemporaneidade não está impedindo o avanço no processo democrático do país onde vivem. Será pesquisado também se a corrupção tem mesmo o poder de afastar os brasileiros, não só os jovens do processo político, entender os prejuízos de uma sociedade que tem seus jovens distantes do processo político.

Completando os objetivos dessa tarefa, será analisado a forma de conceder as concessões públicas pra a transmissão de rádio e televisão, pois não é possível discutir democracia sem tratar do acesso das empresas de comunicação às ondas magnéticas, que não podem ser privatizadas pois pertencem a todos. Considerando que a autorizações para as transmissões dependem diretamente de uma decisão política, e que contrariando as leis vigentes que regem essa questão, a maioria das emissoras pertencem a políticos ou familiares.

No que se refere ao suporte teórico, serão usadas as ideias de Mario Sergio Cortella, Renato Janine Ribeiro, Elizabeth Cristina de Andrade Lima entre outros, estes autores discutem o pensamento dos eleitores brasileiros, que segundo (Lima, 2011) o eleitor nem sempre generaliza o seu conceito sobre política, ou seja, não agem sempre da mesma maneira, votando e sendo usados como massa de manobra desfazendo assim o conceito de que a população é desligada dos fatos políticos,

Vale aqui salientar que não desconsideramos a importância de atentarmos para alguns aspectos sobre a estrutura da prática eleitoral no Brasil e algumas particularidades da história do voto no Brasil, no entanto, analisar o voto a partir de seus aspectos estruturais, mas estamos tentando analisar as diversas significações atribuídas pelos eleitores ao voto e como o qualificam. Desconfiando da ideia que generaliza os eleitores (LIMA, 2011 p.83).

Ao declarar que não generaliza, a autora confirma, de praxe a avaliação de que ela se reporta, ou seja, mesmo ela estando tratando de um caso específico (as eleições municipais de Campina Grande), não quer dizer que o valor dado ao voto pelo eleitor, seja uma questão de politização desse.

Diante do exposto, pretende-se inserir o ensino de história como elemento de formação política, tendo como ferramenta o livro didático, para tanto é pertinente o diálogo de Mário Sérgio Cortella e Renato Jaine Ribeiro, exposto na publicação Política para não ser Idiota, ressaltando que o fato de os direitos já estarem garantidos, não é motivo para que a população não participe da vida política de seu país, para tanto, eles evocam a educação para tratar desse assunto:

O gancho do novo que se pode construir na educação, na política, na atividade de convivência se concretiza justamente em conseguir fazer da política uma pulsão sem necessidade da opressão, isto é, sem que precise haver um adversário (CORTELLA, JANINE, 2012, p.28).

Essa pesquisa será portanto, orientada em grande parte pelo pensamento desses autores, que ressaltam a não necessidade de haver um regime de exceção para motivar a participação da sociedade na política de forma efetiva, a intervenção da sociedade deve ser provocada por atores sociais bem formados politicamente, e o que pode capacitar essa população, é, segundo os autores, a educação.

Na parte metodológica, a abordagem será por meio da aquisição de dados por meio de análise que será por meio da aplicação de questionários junto a alunos e professores no intuito de sondar o conhecimento destes para com os temas relacionados à educação e políticas públicas que decidem as prioridades para esse fim. Onde serão questionados sobre a política nacional e sobre a forma de se obter as concessões públicas. Esses questionários contarão com 15 questões para os estudantes e com 5 para os professores, para compreender o domínio que os mesmos têm sobre o assunto.

## **2. A conquista democrática do Brasil, e a repulsa do jovem pela política**

O Brasil completou em 2017, 29 anos da Constituição vigente no país, a Carta Magna que rege os rumos da nação, esse conjunto de leis se tornou emblemático, tendo em vista que ao ser promulgado em 1989, sucedeu 21 anos de Ditadura Militar, a Assembleia Constituinte reuniu vários setores da sociedade, promovendo um grande debate nacional, por esse motivo,

as leis adentram vários assuntos que em outros países não são parte da lei maior, como é o caso das leis trabalhistas por exemplo.



Constituição de 1988, <http://diopuava.org.br> acesso em 26/12/2017

A luta por democracia permeou os tenebrosos anos de regime autoritário onde os brasileiros que viveram essa batalha por liberdade, conhecem bem o que é ter os seus direitos cerceados, por isso os deputados constituintes se asseguraram de garantir uma constituição que ficou conhecida como cidadã por garantir direitos sociais como nenhuma outra do mundo.

Antes do Golpe Militar em 1964, o Brasil passava por uma efervescência social, de um lado os trabalhistas herdeiros de Getúlio Vargas, tendo como expoente João Goulart Vice-presidente que assumiu após a renúncia de Jânio Quadros, e o ex-governador e deputado federal do Rio Grande do Sul Leonel Brizola que defendiam juntos vários movimentos sociais, as chamadas reformas de base. De outro os militares de formação estadunidense, ao lado do jornalista Carlos Lacerda, que defendiam a manutenção da Ordem, alegando a proximidade da primeira corrente política, com o regime de Moscou.

Os vários movimentos sociais dessa época, dentre elas, as Ligas Camponesas, tiveram sua atuação, principalmente em Pernambuco e na Paraíba. Tais movimentos foram tolhidos com o Golpe Militar. A resistência ao regime conseguiu algum êxito até 1968 quando o governo dos oficiais decretou o Ato Institucional de número Cinco, o famoso AI 5, nesse período os movimentos sociais foram brutalmente reprimidos, com a forte atuação da polícia política do governo vigente.

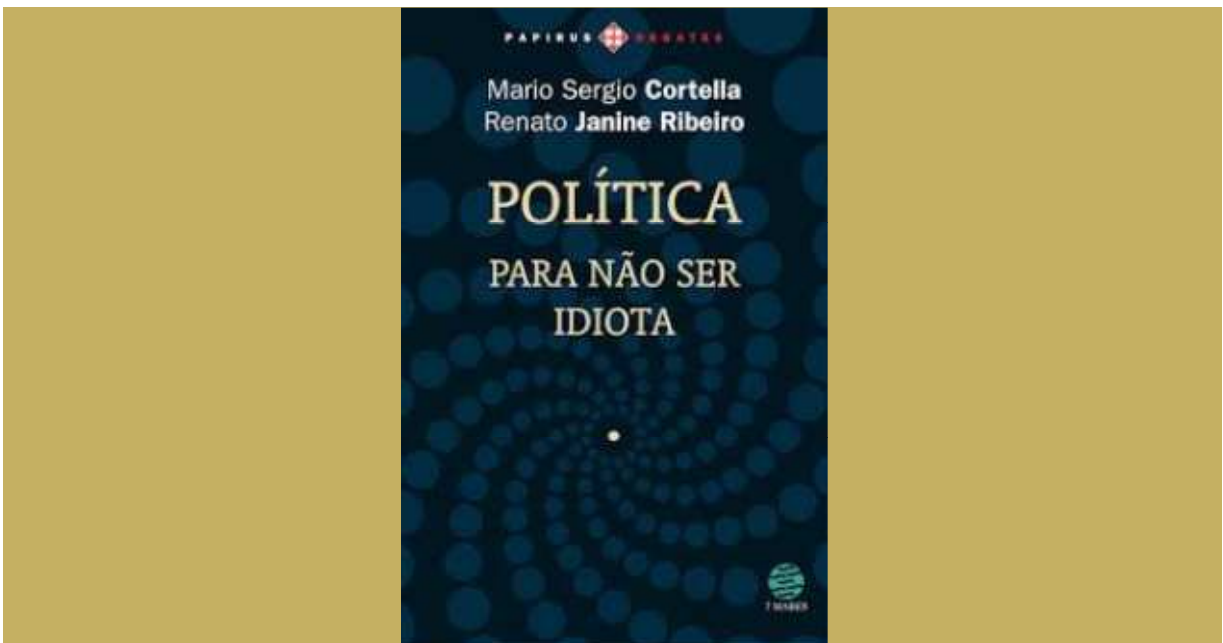
Dessa forma, pode-se compreender que houve um grande prejuízo na construção democrática do país. Sendo assim, percebe-se o espaço de tempo entre 1985 e 1989 - compreendido entre fim do regime, e a promulgação da Constituição - foi um momento ímpar. Todo esse desejo de democracia e de liberdade foi posto em campo na hora de aprovar as leis que iriam garantir um futuro de participação política e reforma sociais. Dariam essas aprovações, ao cidadão o direito de eleger diretamente todos os seus representantes.

Em 1989 transcorreu a primeira eleição direta para presidente da república, elegeu-se Fernando Collor de Mello, que em 1992 sofreu um processo de *impeachment*, acusado de corrupção. Desse período para cá, vem havendo um desânimo na juventude brasileira em participar da vida política do país. Chegando hoje ser a política caso de repulsa manifestado pela maioria dos brasileiros. E esse comportamento tem como mote principal a corrupção dos agentes políticos.

Essa forma de encarar a política tem sido bastante disseminada entre boa parte dos brasileiros, inclusive insinuando que política não é coisa para pessoas de bem, está reservada para os mal-intencionados que pretendem usurpar os recursos da nação. Para tratar desse assunto, Cortella e Janine têm uma excelente reflexão:

A expressão idiotes em grego, significa aquele que só vive a vida privada, que recusa a política, que diz não à política. No cotidiano, o que se fez foi um sequestro semântico, uma inversão do seria o sentido original de idiota (CORTELLA, JANINE, P.8, 2012).

Dessa forma nota-se que o original grego trata as pessoas que não participavam das assembleias na Ágora, como desinformados, denunciando certa incapacidade de participar da vida pública da sociedade em que vive. Como foi apontado na citação, o idiota que é apregoadado hoje é o inverso do da democracia incipiente, onde o que participava gozava de uma reputação ilibada, enquanto o “político” de hoje é tido como aquele que tem por intuito defraudar os cofres públicos.



**Capa do livro Política para não ser idiota**

Para a sociedade grega antiga, aquele que vive uma vida privada, não é suficientemente livre, pois só seria livre aquele que tinha uma vida pública participativa (Cortella, Janine, P.9, 2012). Na sociedade capitalista contemporânea, o individualismo é bastante exacerbado, onde a população requer os seus direitos pessoais, mas não lutam por vitórias coletivas, onde todos possam ter conquistas em comum para reivindicar.

Pode se observar que a sociedade pós-moderna vem de certa forma promovendo um retrocesso na prática da arte de se fazer política. Está se tornando cada vez mais fragmentado o processo de construção e defesa da democracia e de suas instâncias, para ilustrar qual tem sido o valor da liberdade para essa sociedade. Vale citar, mais uma vez, uma parte do diálogo entre os dois filósofos:

Alguns hoje entendem a liberdade e direito como uma propriedade ou como um objeto de consumo. Por essa razão, o indivíduo reivindica o direito a fumar, a viver sua sexualidade, ou seja, o que for, mas a partir de uma visão consumista. Como é dono do carro, pensa que o utiliza como quiser. Como tem direito de votar, acha que se trata apenas de uma questão de consumo. Nos dois casos, tende a pensar que são direitos sem obrigações (CORTELLA, JANINE, P.14, 2012).

A sociedade do consumo aprendeu a comprar tudo para uso pessoal. A pessoa parece buscar de todas as formas o seu bem-estar como se não estivesse inserido em uma sociedade com outras pessoas. Mesmo sabendo que aqueles que não fumam - perto da alguém que usa tabaco - têm complicações de saúde, não importa. O que importa é que comprou uma carteira de cigarros e tem o direito de fumá-la aonde quiser.

O trânsito nas grandes cidades vem a cada dia se tornado inviável, mas os seres consumistas não estão preocupados com a questão da cidade, mas com o seu conforto pessoal, mesmo que para isso seja necessário acusar os administradores, ou os políticos por não terem o seus direitos atendidos.

Para essa lógica, o que se compra tem o direito de usar, ou fazer o que o “usuário” quiser e para isso não se exige nem um dever, tudo já está devidamente pago. Essa visão é a característica do individualismo. Essa característica vem transformando as pessoas, em seres cada vez menos políticos, descaracterizando aquilo que de mais importante tem no ser humano, a razão. Nesse caso a razão é usada para promover o bem-estar da população de uma sociedade, e ao fazer isso torna o homem protagonista da gestão de seu destino, enfim é o que credencia o ser humano em um ser essencialmente político.

O individualismo, promovido pela sociedade, que se aproxima cada vez mais das práticas de vivência do sistema capitalista, tem tornado os cidadãos mais apolíticos. Tudo se compra, basta ter recursos financeiros para que tudo se resolva. Desta forma, a vida em comunidade vem perdendo espaço para um ser humano que se coloca na condição de ilha, cada vez mais alto-suficiente, deduzindo que não precisa de ninguém, que ele só se basta.

## **2.2 A necessidade cultural de o ser humano ser político**

A expressão política, como bem se sabe, vem do grego e tem a ver com a vida na polis (cidade), portanto, com a vida social. Mesmo que o sujeito não queira ser político, ou participante das questões sociais, ele está inserido em um meio social, e, portanto, o próprio fato de ela não participar da política, torna-se um ato político, não importando as motivações que o levaram a tomar essa decisão.



Para Delmo de Abreu Dellari, a política vem sendo usada há séculos, e tem os mais variados sentidos. Para ele o conceito básico da mesma é a conjunção das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum (Dellari, 1984 p. 10), também se pode verificar no livro de sua autoria *O que é Participação Política*, o conceito de decisão política:

Assim, por exemplo, quando trabalhadores de uma determinada categoria, não suportando mais a baixa remuneração e as péssimas condições de trabalho, decidem iniciar um movimento de protesto e reivindicação, estão tomando uma decisão política. Eles pretendem atingir um objetivo que é de interesse de todo o grupo (DELLARI, 1984 p. 10).

Essa decisão política pode mudar a realidade desse grupo, mesmo que não mude, na forma prática, como no aumento de salário, melhorias de nas condições de trabalho, as suas reivindicações ficarão conhecidas por parte da população, podendo gerar um pressão sobre aqueles que têm condições de mudar a situação deles. Se os responsáveis pelo grupo em questão forem da esfera pública, temerá em última instância o resultado das urnas de seu líder maior.

Nos últimos tempos, surgiu um conceito conhecido como empresas que têm responsabilidade fiscal, são aquelas que fazem questão de dizer em sua publicidade dentre outras coisas, que não se utilizam de trabalho escravo, não agredem a natureza, não usam o trabalho infantil e cumpre as leis trabalhistas, entre outras questões.

Quando uma empresa toma a decisão de usar essas ferramentas, para propagandar o seu produto, ela tomou uma postura política, que entra em consenso com outra decisão da mesma natureza que a sociedade já tinha tomado. Pois as pessoas que consomem esses produtos têm uma consciência ambiental e social, que nada mais é do que uma decisão política de militar em causas sociais e ambientais.



**A necessidade de o ser humano ser político [bp.blogspot.com](http://bp.blogspot.com) Acesso em 26/12/2017**

Nas últimas décadas, foi possível observar a polêmica dos transgênicos - produtos geneticamente modificados - usados na alimentação de pessoas e animais, que posteriormente também serão usados na alimentação humana. A mobilização dos movimentos sociais, e da sociedade civil em geral, culminou na obrigatoriedade de os fabricantes colocarem um símbolo para identificar que aquele produto contém elementos geneticamente modificados, essa é uma decisão política de segmentos da sociedade que resultou em uma ação prática.

Mas para que aconteça isso é preciso organização, as decisões políticas, principalmente, em se tratando das questões populares, exigem que sejam orquestradas de acordo com a decisão da maioria, como ilustra essa citação:

Seu movimento reivindicatório, que é uma ação política, deve ser organizado. É provável que entre os membros do grupo existam ideias diferentes a respeito da forma de condução do movimento. Se cada um agir a seu modo haverá dispersão de força e de recursos, sendo mesmo possível que uns atrapalhem os outros. Por isso é necessário a coordenação de todos os elementos, o que dará coesão e força ao grupo e garantirá que todos os atos sejam dirigidos para um objetivo comum (DELLARI, 1984 p. 10).

Esse é um ponto de extrema importância nessa reflexão, compreender que a ação política deva ser coordenada, levando em consideração os objetivos comuns. Para tanto, o grupo social envolvido deve estar devidamente politizado, ou educado para participar desses debates, sendo capaz de compreender que as questões particulares ou pessoais devem ficar em segundo plano diante de uma ação política de classe.

No mundo pós-moderno da atualidade, tem-se observado muitos movimentos em defesa de várias questões, como causa gay, negros, meio ambientes e outros temas, caracterizados pelo ativismo, que é uma atitude moral dando ênfase às necessidades da vida e da ação, sobre os princípios teóricos, constituindo assim uma propaganda ativa a serviço de uma doutrina, muitos desses grupos participaram das manifestações de junho nas principais cidades brasileiras, no entanto o ativismo não tem por interesse tratar de assuntos gerais, que atendam os interesses da maioria da população.

Já a política pode ser a arte de bem governar uma sociedade, ou uma ciência da governação de um Estado ou Nação e também uma arte de negociação para compatibilizar interesses, pode-se entender assim que o significado de política é muito abrangente e está, em geral, relacionado com aquilo que diz respeito ao espaço público, ou seja, no ativismo pode-se ignorar grupos e até mesmo a maioria dos componentes de uma sociedade, mas a política trata de acomodar todos os membros de uma nação ou unidade administrativa, bem como de todas as áreas que compõem a estrutura dessa unidade passam por essas ações políticas.

Para chegar a esse nível de compressão é preciso que o cidadão esteja preparado para esse comportamento. A sala de aula é um dos ambientes propícios para essa formação, mais especificamente, as aulas de história que tratam diretamente de questões políticas ao longo do tempo, onde serão usados os exemplos da Revolução Francesa na construção da cidadania, bem como a análise da primeira Constituição Republicana do Brasil e como foi construída a estrutura do poder brasileiro a partir desse documento.

A história pode contribuir para a melhorar o entendimento sobre essa questão, tendo em vista que decisões políticas em determinados pontos da história, mudou a vida de muitas pessoas, e deixaram resultados até os nossos dias. As decisões econômicas como a de cruzar o oceano para conquistar a América, ou a decisão de escravizar os africanos não é uma aventura mas sim um decisão política tomada por estados ou grupos econômicos para acumular mais riquezas. Quando há uma revolução ou declaração de guerra, também é uma decisão política também com um viés econômico por trás ou explícito, como a decisão dos Estados Unidos invadir o Iraque.

O livro didático vem cada vez mais tomando espaço nos currículos escolares nacional, portanto, considerá-lo como ponto principal nessa reflexão é de grande valia. Vários autores, que de forma bastante distinta vêm abordando os fatos históricos, deixando latente a questão de que em história não há verdades absolutas, o que é um ponto crucial no estudo dessa disciplina, por outro lado, esse material vem dando o mote das aulas em quase todos os ambientes escolares.

Deste modo, o livro didático de história serve não apenas para atender à necessidade de acessar o ensino superior, e cumprir o currículo imposto pelo Governo federal, mas pode tornar-se em um importante material para ser usado na formação política dos estudantes, sendo necessário ainda que o professor em sala de aula oriente os educandos a olhar esse material de forma crítica. Desconfiando do escrito, para possibilitar a prática da análise política das muitas situações dos acontecimentos históricos.

### **3. Entendendo a realidade da escola**

Para pôr em prática essa pesquisa, foram usados critérios qualitativos e interpretativos, ressaltando a diversidade existente entre trabalhos quantitativos, enumerando um conjunto de característica como tornar o ambiente natural como fonte direta de dados, e tornando o pesquisador um instrumento fundamental, dando à pesquisa um caráter criativo sendo a preocupação do investigador a busca por significados que as pessoas dão às coisas, entendendo que quem faz a pesquisa, empreenderá um enfoque indutivo. No caso investigado, será apresentado aos educandos quinze questões sobre a compreensão política, levando em consideração os assuntos trabalhados em sala de aula.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Poeta Mário Vieira da Silva que está localizada no Sítio Camará no município de Matinhas no estado da Paraíba, à 150 km da capital João Pessoa, Esta escola conta com 236 estudantes, e se apresenta como um excelente objeto de estudo da relação entre escola e comunidade. Essa é uma das poucas escolas estaduais de ensino fundamental presente na zona rural do estado, e está inserida no Arranjo Produtivo Local da laranja.

Apesar de ser um município pequeno, com 4. 321 habitantes, segundo o IBGE no senso de 2010, é o maior produtor de tangerinas do Nordeste brasileiro, e tem aproximadamente 80% de sua população vivendo no campo. Essa escola tem a totalidade de seus alunos como membro de famílias de agricultores que trabalham em regime de mão-de-obra familiar, residentes nessa e em comunidades circunvizinhas.



**Apresentação da pesquisa em sala de aula de 6º ano da Escola Poeta Mário Vieira da Silva**

Para compreender melhor como será empregada a pesquisa qualitativa nessa investigação, será citado o seguinte trecho do artigo de José Luiz Neves:

Enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objetos de definição operacional), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumentos estatísticos para análises dos dados, seu foco de interesses é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisado com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, daí situe sua interpretação da situação estudada. (NEVES, 1996)

Notamos por essa situação posta na citação, que a pesquisa qualitativa além de não olhar para a quantidade dos elementos, preocupa-se com os dados descritivos resultado da relação do pesquisador com o objeto estudado, dessa forma, observa-se que o olhar do autor do trabalho se torna definitivamente importante no resultado da pesquisa, entendendo que essa descrição induzirá todo o trabalho. As impressões descritas pelo que narra a observação montará, não só na hora de interpretar os resultados da pesquisa, mas inclusive na hora de elaborar questionários e os demais materiais que farão parte do trabalho como um todo.

Ao colocar em prática essa pesquisa, foi trabalhado em sala de aula o significado de política para os gregos antigos, relacionando com a nossa política praticada no Brasil. Foi discutido em sala de aula através de textos complementares que tratam do assunto as questões positivas e negativas da democracia brasileira, principalmente ao que se refere a participação popular no processo governamental, essas atividades aconteceram no nono ano nos anos de 2014 à 2017 do ensino fundamental da Escola Estadual de Ensino Fundamental Poeta Mário Vieira da Silva, localizada no Sítio Camará município de Matinhas-PB, que trabalha no turno da manhã com o ensino fundamental I, e na parte da tarde com o ensino fundamental II.

No ano de 2014 deu-se o início o trabalho dessa pesquisa no nono ano que contava com apenas 11 alunos, essa pouca quantidade de educandos possibilitou uma maior interação entre os eles e o professor, dando condições de tratar de assuntos relativos à política nacional, principalmente no que se refere à República Velha e ao governo Vargas, onde foram colocados em prática três constituições diferentes, com condições conjunturais bastante diferentes, como a primeira constituição republicana, a constituição de 1934, o período democrático de Getúlio, e a constituição de 1937, que iniciou o Estado Novo.

Quando se iniciou o ano de 2015, as experiências de 2014 ajudaram a implantar o projeto na nova turma de nono ano, agora com mais qualidade resultante da implantação no ano anterior, os assuntos trabalhados foram os mesmos, mas com algumas variações resultantes também do aumento da turma que saiu de 11 para 27, em 2016 pra 30 e 2017 27 e de outras variáveis, como o amadurecimento sobre o debate feito em sala de aula, o aumento da quantidade de aluno proporcionou também maior a diversidade da turma, melhorando assim o debate.

Em 2017 os assuntos giraram em torno do livro didático, que nem sempre trabalhou o tema política, mas ao tratar de assuntos referentes á história do Brasil e do mundo passou a dar gancho para as discussões políticas, pois as situações como a crise de 1929, a Segunda Grande guerra e outros assuntos passavam necessariamente pela decisão política tomada pelas sociedades e pelos seus líderes envolvidos conjunturalmente nessas decisões, como pode ser ilustrado nessa citação tirada do livro didático do 9º ano História Sociedade e Cidadania, capítulo 6:

No poder, o *Fuhrer* começou a militarizar a Alemanha, afrontando abertamente as imposições feitas pela França e pela Inglaterra no Tratado de Versalhes. A Itália de Mussolini também nutria fortes ressentimentos em relação a Inglaterra e a França, pois participara da Primeira Guerra ao lado desses países e não obtivera as compensações territoriais que lhe foram prometidas. (BOULOS, 2012)

É possível notar nessa passagem que foram tomadas muitas decisões políticas, como por exemplo, a decisão da Alemanha em se militarizar colocando de lado as imposições do Tratado de Versalhes é uma decisão política tomada pelo comandante alemão que levou o país a declarar guerra a quase toda a Europa, por outro lado, a França e a Inglaterra não deram atenção às pretensões da Itália, o que levou a Itália a se aliar aos planos da Alemanha, compondo assim o bloco militar do eixo.

Dessa maneira foi possível tratar da política na primeira e na segunda grande guerra, demonstrando que todas as decisões de Estado são decisões políticas, e que os grandes acontecimentos mundiais são carregados de decisões políticas e ideológicas, e por trás de cada aliança, e de cada hostilidade entre países, sempre teve uma ação política por trás. Dessa maneira, fica mais compreensível a atuação política nas relações humanas de uma forma geral.

Para pôr em prática esse trabalho, foram feitas aulas específicas como o tema política e em cada assunto tratado, no livro didático, se fazia um adendo para colocar o tema em

discussão, o livro didático foi bastante útil na condução desse processo, textos presentes no livro que tratam de política e situações do dia a dia no noticiário também foram usados para tratar desse assunto.

<b>OS TEMAS TRABALHADOS EM SALA DE AULA FORAM</b>
O que é política, segundo a origem grega da palavra
Diferença entre democracia participativa e representativa
Importância da participação política na vida de todas as pessoas
Como o jovem se relaciona com a política partidária
O que significa a palavra “idiota” para o grego antigo

Para desenvolver essa pesquisa foram feitos vários debates em sala da aula com a participação de todos os alunos, onde apareceram todas as questões acima citadas, sempre trazendo para a realidade do país do mundo e da comunidade onde os estudantes estão inseridos, os textos e as reportagens discutidos sempre levaram em consideração todas as argumentações dos estudantes em relação à política na concepção deles.

O que se discutiu com bastante ênfase foi o fato de a maioria dos participantes não acreditarem que a política é para todas as pessoas, principalmente para entender que essa prática decide os recursos para a educação, para a saúde moradia e os demais temas que são de extrema importância para a vida cotidiana das pessoas.

Por outro lado, se falou muito sobre a profissionalização da política, pois a maioria acredita que se deve haver uma classe política, e que nem todas as pessoas, principalmente aquelas que querem ser honestos e trabalhadores, e não devem, segundo a maioria, se colocar nessa prática. O grande desafio foi implementar a discussão no sentido de defender a ideia de que todas as pessoas devem, em uma sociedade democrática, participar ativamente da vida política de seu país.

### **3.1 Resultado da discussão analisando o trabalho de campo**

Para pôr em prática a pesquisa sobre o assunto aqui discutido, *foram entrevistados 23 estudantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental Poeta Mário Vieira da Silva, Sítio Camará no município de Matinhas, sendo esses alunos do 9º ano, 09 do ano letivo de 2014,*



2015, 2016 e 2017. Trabalharemos aqui a entrevista que foi realizada entre os dias 20/06/2014 à 05/08/2017, para compreender o entendimento sobre esse assunto. Para esse objetivo foram elaboradas questões de forma aberta para estimular o pesquisado a dissertar sobre o assunto, condicionando assim a análise da capacidade de compreensão dos estudantes sobre os assuntos questionados.

Dessa forma foram elaboradas *15 (quinze) questões* levando em consideração os assuntos tratados em sala de aula, levando em consideração o livro didático trabalhado em sala de aula, questões do dia-a-dia dos estudantes, a política, o regime democrático e como funciona as esferas administrativas da República Brasileira. Será destacado a partir de agora as questões aplicadas no questionário:

### **3.1.1 Questionário sobre a formação política dos estudantes do 9º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental de Poeta Mário Vieira da Silva Camará, Matinhas-PB, ano de 2014 e 2017.**

1. O que você entende por política?
2. Você acha que as pessoas comuns deve-se envolver em política? Por quê?
3. Estudar história, em sua opinião, ajuda na compreensão política das pessoas? Por quê?
4. Você acha que uma pessoa que conhece os fatos históricos, que ocorreram ao longo do tempo, tem maior capacidade de compreender os problemas de hoje? Por que você pensa assim?
5. Quem paga a sua escola?
6. Quem você acha que deveria pagar pela sua educação?
7. Quem realmente manda no Brasil?
8. O que é, ou como funciona o poder executivo?
9. Como funciona o poder legislativo?
10. Para você, qual é a tarefa do poder judiciário?
11. Quem faz as leis nas esferas municipais, estaduais e federais?
12. Você acha que o livro de história que você usa na sala de aula ajuda você a entender melhor essa disciplina, e como compreender a política no decorrer da história e nos dias de hoje?
13. O livro de história que você usa nas aulas dessa disciplina ajuda você a compreender melhor o mundo em que você vive?
14. O livro de história ajuda você a entender como acontece a política de seu país?
15. Como é uma democracia? O Brasil é um país democrático?

Esse questionário foi aplicado nas duas turmas, primeiro, serão sistematizados os 09 (nove) alunos que cursaram o 9ºano em 2014. Tendo analisado as vinte e três respostas, considerando que as respostas faram uma espécie de “clichês”, em que os entrevistados responderam de forma semelhante, o resultado foi colocado em colunas, onde é informado o número de respostas com a mesma composição, segue a tabela com os resultados:

**Entrevistados do nono ano 2014: (09 entrevistados)**

<b>Questão 1</b>	Para quem quer ganhar dinheiro ilícito:  <b>03</b>	Serve para se candidatar:  <b>02</b>	Só serve para campanha, depois nada se faz pelo município:  <b>01</b>	Para tratar de assuntos de interesse da comunidade:  <b>02</b>	Para eleger representantes:  <b>01</b>
<b>Questão 2</b>	É para quem quer se corromper:  <b>03</b>	Somente os políticos profissionais:  <b>03</b>	Sim, qualquer pessoa pode se envolver em política:  <b>01</b>	Pessoas comuns não gostam de política:  <b>01</b>	Qualquer pessoa tem capacidade para se envolver em política:  <b>01</b>
<b>Questão 3</b>	Sim, pois na disciplina de história se fala muito em política:  <b>02</b>	Sim, pois fala de política antiga:  <b>01</b>	Sim, pois a disciplina de história dá maiores conhecimentos sobre o assunto:  <b>01</b>	Não, pois não tem nenhuma importância:  <b>02</b>	Sim, pois nessa disciplina se estuda como outros presidentes atuaram:  <b>03</b>
<b>Questão 4</b>	Sim, pois ao saber do passado	Não respondeu:	Não por que hoje em dia era	É muito ruim:	

	traz mais conhecimentos <b>05</b>	<b>01</b>	tudo diferente: <b>02</b>	<b>01</b>	
<b>Questão 5</b>	São meus pais através dos impostos que pagam: <b>04</b>	Quem paga é o governo: <b>03</b>	Ninguém pois, pois ela é pública: <b>01</b>	Os políticos: <b>01</b>	
<b>Questão 6</b>	O governo: <b>04</b>	Os professores: <b>02</b>	Os políticos: <b>01</b>	Meus pais: <b>01</b>	Ninguém: <b>01</b>
<b>Questão 7</b>	O Presidente (a) da república: <b>05</b>	O governo: <b>01</b>	O povo Brasileiro: <b>01</b>	Deus: <b>01</b>	Políticos corruptos: <b>01</b>
<b>Questão 8</b>	Serve para executar as leis: <b>05</b>	O poder executivo funciona: <b>01</b>	Recebe ordens e executa: <b>02</b>	Muito ruim: <b>01</b>	
<b>Questão 9</b>	Que faz as leis: <b>06</b>	Explica as leis: <b>02</b>	Comanda as leis: <b>01</b>		
<b>Questão 10</b>	Que julga as leis: <b>04</b>	Explica as leis: <b>01</b>	Prender os ladrões: <b>01</b>	Cumprir as leis: <b>01</b>	Oficializar as leis: <b>02</b>
<b>Questão 11</b>	O poder legislativo: <b>03</b>	Órgãos públicos: <b>02</b>	Políticos e promotores: <b>01</b>	As polícias: <b>01</b>	Presidenta: <b>02</b>

<b>Questão 12</b>	Sim, pois o livro fala de como começa a política:  <b>04</b>	A história nos ajuda a entender a política nos dias de hoje:  <b>02</b>	Muito "mau":  <b>01</b>	Sim porque os políticos fizeram a primeira república:  <b>01</b>	Sim, pois a política deixa as pessoas mais desenvolvidas:  <b>01</b>
<b>Questão 13</b>	Sim por que as pessoas aprendem mais:  <b>03</b>	Não porque fala sobre o que aconteceria:  <b>01</b>	Não porque não tem nada a ver:  <b>02</b>	Sim pois ajuda a ver o passado e saber conviver no futuro:  <b>02</b>	Não vale nada:  <b>01</b>
<b>Questão 14</b>	Sim porque tem muita coisa sobre política:  <b>04</b>	Não porque fala sobre o passado:  <b>02</b>	Sim porque fala sobre pessoas:  <b>01</b>	Não porque fala sobre a política do passado:  <b>01</b>	Da mais entendimento sobre a política:  <b>01</b>
<b>Questão 15</b>	Democracia é um sistema, o Brasil é um país democrático:  <b>02</b>	A democracia é o endividamento externo e a inflação alta:  <b>01</b>	Democracia é um poder:  <b>01</b>		Não respondeu:  <b>05</b>

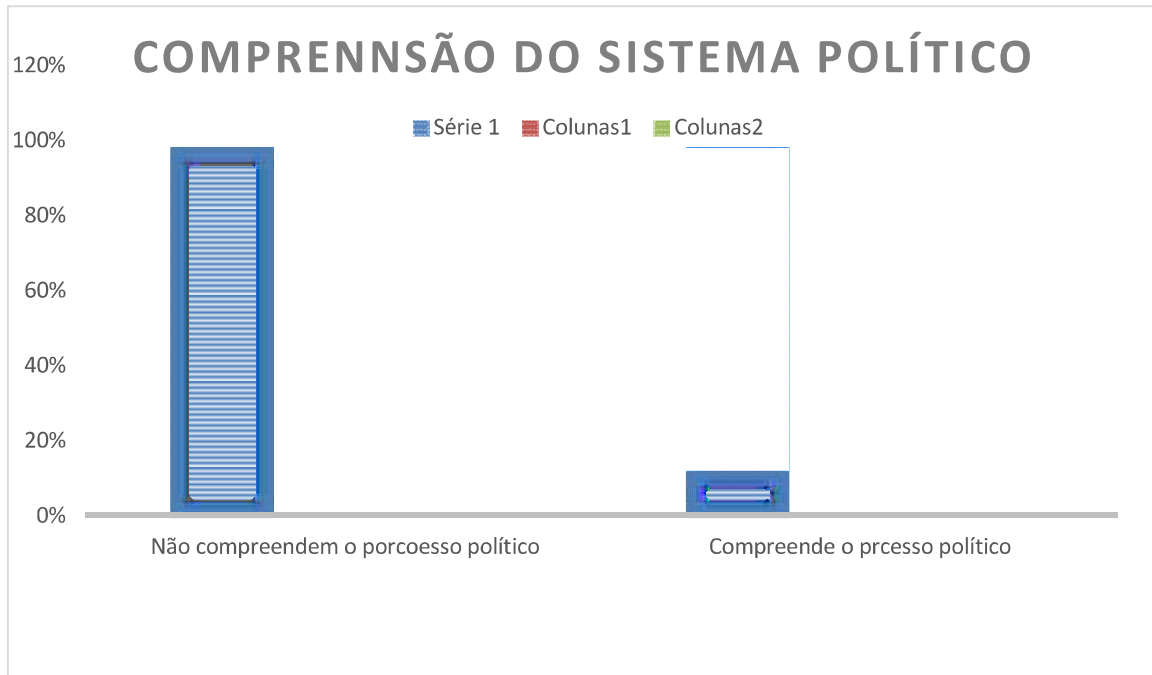
**Entrevistados do nono ano 2017: (27 entrevistados)**

<b>Questão 1</b>	Para quem quer ganhar dinheiro ilícito:  <b>03</b>	Serve para se candidatar:  <b>03</b>	Só serve para campanha, depois nada se faz pelo município:  <b>02</b>	Para tratar de assuntos de interesse da comunidade:  <b>04</b>	Para eleger representantes:  <b>04</b>
<b>Questão 2</b>	É para quem quer se corromper:  <b>05</b>	Somente os políticos profissionais:  <b>03</b>	Sim, qualquer pessoa pode se envolver em política:  <b>02</b>	Pessoas comuns não gostam de política:  <b>02</b>	Qualquer pessoa tem capacidade para se envolver em política:  <b>02</b>
<b>Questão 3</b>	Sim pois na disciplina de história se fala muito em política:  <b>06</b>	Sim pois fala de política antiga:  <b>03</b>	Sim pois a disciplina de história dá maiores conhecimentos sobre o assunto:  <b>02</b>	Não pois não tem nenhuma importância:  <b>02</b>	Sim pois nessa disciplina se estuda como outros presidentes atuaram:  <b>01</b>
<b>Questão 4</b>	Sim, pois ao saber do passado traz mais conhecimentos:  <b>05</b>	Não respondeu:  <b>01</b>	Não por que hoje em dia era tudo diferente:  <b>04</b>	É muito ruim:  <b>04</b>	
<b>Questão 5</b>	São meus pais através dos impostos que pagam:  <b>06</b>	Quem paga é o governo:  <b>04</b>	Ninguém pois, pois ela é pública:  <b>02</b>	Os políticos:  <b>02</b>	

<b>Questão 6</b>	O governo:  <b>08</b>	Os professores:  <b>01</b>	Os políticos:  <b>03</b>	Meus pais:  <b>01</b>	Ninguém:  <b>01</b>
<b>Questão 7</b>	O Presidente (a) da república:  <b>05</b>	O governo:  <b>05</b>	O povo Brasileiro:  <b>01</b>	Deus:  <b>01</b>	Políticos corruptos:  <b>02</b>
<b>Questão 8</b>	Serve para executar as leis:  <b>07</b>	O poder executivo funciona:  <b>03</b>	Recebe ordens e executa:  <b>03</b>	Muito ruim:  <b>01</b>	
<b>Questão 9</b>	Que faz as leis:  <b>09</b>	Explica as leis:  <b>03</b>	Comanda as leis:  <b>01</b>		
<b>Questão 10</b>	Que julga as leis:  <b>05</b>	Explica as leis:  <b>04</b>	Prender os ladrões:  <b>02</b>	Cumprir as leis:  <b>02</b>	Oficializar as leis:  <b>01</b>
<b>Questão 11</b>	O poder legislativo:  <b>08</b>	Órgãos públicos:  <b>03</b>	Políticos e promotores:  <b>01</b>	As polícias:  <b>01</b>	Presidenta:  <b>01</b>
<b>Questão 12</b>	Sim, pois o livro fala de como começa a política:  <b>06</b>	A história nos ajuda a entender a política nos dias de hoje:  <b>04</b>	Muito “mau”:  <b>01</b>	Sim porque os políticos fizeram a primeira república:  <b>02</b>	Sim, pois a política deixa as pessoas mais desenvolvidas:  <b>01</b>
<b>Questão 13</b>	Sim por que as pessoas aprendem mais:  <b>04</b>	Não porque fala sobre o que aconteceria:  <b>04</b>	Não porque não tem nada a ver:  <b>04</b>	Sim, pois ajuda a ver o passado e saber conviver:  <b>04</b>	Não vale nada:  <b>01</b>

	<b>04</b>	<b>01</b>		no futuro:	
				<b>04</b>	
<b>Questão 14</b>	Sim porque tem muita coisa sobre política:	Não porque fala sobre o passado:	Sim porque fala sobre pessoas:	Não porque fala sobre a política do passado:	Da mais entendimento sobre a política:
	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>02</b>		<b>02</b>
				<b>02</b>	
<b>Questão 15</b>	Democracia é um sistema, o Brasil é um país democrático:	A democracia é o endividamento externo e a inflação alta:	Democracia é um poder:		Não respondeu:
	<b>04</b>	<b>01</b>	<b>04</b>		<b>05</b>

Diante dessa entrevista, composta pelas quinze questões acima descritas, pode ser comprovada o quanto os estudantes das duas turmas de 9º (2013/2017) têm uma ideia **reducionista** sobre as questões apresentadas. Principalmente em se tratando do papel dos poderes e da importância dos mesmos para o bom andamento da estrutura administrativa do país, que bem ou mal garante as liberdades democráticas a sua população.



### **Compreensão dos estudantes da escola Poeta Mário Vieira da Silva sobre o sistema política brasileiro**

Pode se perceber a limitação nas respostas dos entrevistados quando se observa as argumentações da primeira questão. Ao perguntar o que é política, a maioria respondeu vagamente, “-... A forma de servir a sociedade”. Mas não mostram entender da necessidade dessa prática na construção social e política de uma sociedade democrática, que depende de forma decisiva da política para colocar em prática, de forma participativa, o exercício do cidadão na vida pública.

Quando perguntados sobre democracia, também, demonstram total desconhecimento sobre esse regime, alguns apenas dizendo que “-... É um sistema de governo”. Mas não conseguem dissertar sobre o assunto. Todas as quinze questões não foram respondidas com qualquer aprofundamento, mesmo as mais elementares. As perguntas haviam sido feitas para obter respostas discursivas, para dessa forma, detectar a capacidade que o pesquisado tem de falar sobre a questão.

Talvez pareça um despropósito, a forma que se está falando sobre política e democracia neste trabalho. Mas no Ensino Fundamental, se estuda a democracia em sua forma incipiente, que aconteceu na cidade grega de Atenas, ainda no sexto ano, quando as crianças não conseguem compreender de forma satisfatória as questões complexas sobre democracia. Mas de toda sorte é essa a realidade que se tem nas escolas brasileiras, é no sexto ano que se



começa a ter contato com as fórmulas democráticas, tendo como introdução a esse assunto a fundação da democracia em Atenas.

No livro didático, é possível ver como a **Democracia de Base** incipiente na Grécia era diferente da Contemporânea (**Representativa**). Na Grécia havia a *Assembleia do Povo* onde se votava as leis e se escolhia os magistrados, além de concordar onde se gastava o dinheiro, todos os homens acima de 18 anos podiam fazer parte dessa Assembleia. Isso demonstra que Atenas dava condições para que todos *participassem das decisões da sociedade* em que viviam.

#### **4 . Concessão Pública Para Radiodifusão e Democracia: um assunto que interessa a escola**

Para se discutir democracia e a questão política e educacional, é preciso que os meios de comunicação entrem no debate, pois essa área remonta das primeiras organizações sociais, mensagens como as pinturas rupestres e outras formas de comunicação antes da escrita nos mostra que o ser humano é um sujeito culturalmente comunicativo, essa condição faz com que a vida em sociedade aconteça de forma eficaz. Já nos primeiros agrupamentos humanos haviam mensagens como pinturas rupestres e outras, que demonstram por excelência essa condição do ser humano.

Assim, na evolução humana, a utilização dos registros impressos, sejam os pictogramas rupestres, sejam os primeiros símbolos literais dos fonemas, tornaram-se indispensáveis às relações sócio-econômico-culturais. (GOMES, 2015, pg. 2)

Podemos também perceber que a partir do desenvolvimento do ser humano, a comunicação também foi desenvolvendo e ganhando novas dimensões, a sociedade veio criando mecanismos para agilizar a comunicação no sentido de tornar essa tarefa cada vez mais eficiente para atender as necessidades das pessoas.

Por ter em sua gênese cultural a comunicação, essa característica veio passando de pai para filho no decorrer dos tempos, condicionando assim as novas gerações a serem detentoras dessa prática. A técnica de se comunicar também passou se fazer cada vez mais necessária para a sobrevivência do ser humano e suas comunidades organizadas, estar em contato com amigos ou negociar tréguas com inimigos, essas ações são ações da comunicação.

O internacionalismo social tem como primeira premissa estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que ele lhes oferece. A segunda premissa consiste no fato de

que os significados de tais elementos mundanos são provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as outras pessoas. A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interpretativo (e por este modificados) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato. (RUDIGER, 2004, p.33)

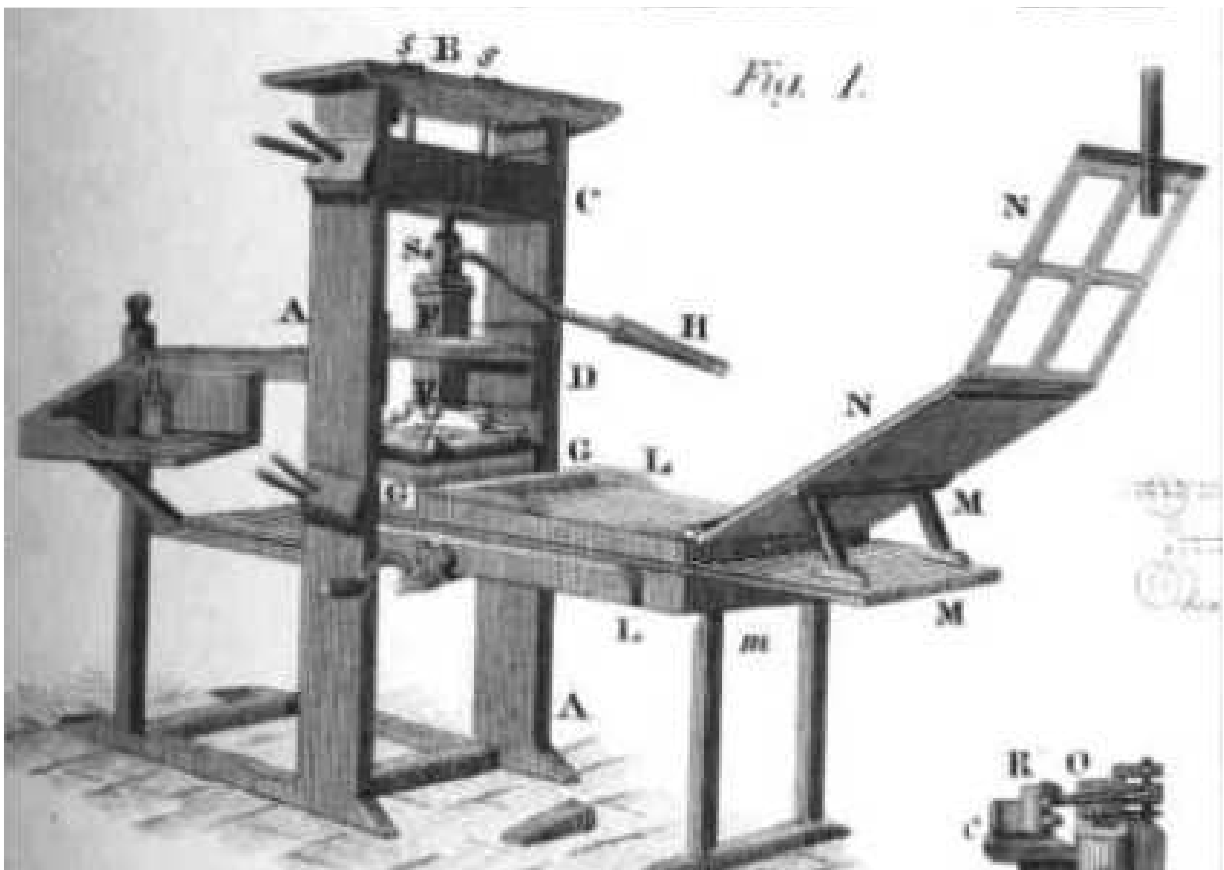


A necessidade do ser humano de se comunicar, [bp.blogspot.com](http://bp.blogspot.com) acesso em 26/12/2017

Visto pelo ângulo cultural, pode detectar a capacidade única do ser humano se relacionar através das mais variadas formas. A comunicação é algo indispensável na construção cultural das pessoas, é por ela que os grupos conhecem se estranham, e se tornam conhecido. Também na construção democrática contemporânea, é a comunicação e seus meios que tratam diretamente da expressão e suas liberdades, bem como a educação e o processo de aprendizado em si que sofrem influências diretas da grande mídia.

#### 4.1 O avanço nas comunicações humanas e a sociedade moderna

Com o progredir da sociedade as comunicações começaram a adquirir novas tecnologias que aumentaram o seu alcance e conseqüentemente a capacidade de influenciar um maior número de pessoas. Depois da invenção da escrita, máquina de imprensa de Gutenberg, foi sem dúvida o maior evento de transformação das sociedades, pois ela possibilitou pela primeira vez a repetição de impressos a partir dos tipos.



Prensa de Gutenberg [bp.blogspot.com](http://bp.blogspot.com) Acesso em 26/12/2017

Com essa nova possibilidade, além dos livros, logo foi possível escrever jornais periódicos, que deu início ao que se chama de “imprensa” hoje. É a partir da imprensa que a comunicação passa a ser de massa, ou seja, feito para muitas pessoas, a partir daí passa-se a possibilitar o que posteriormente seria chamado de mídia.

Com a tipografia, foi possível os capitalistas financiarem as empresas para que pudessem produzir em escala, e dessa forma baratear os custos possibilitando o acesso aos livros e outros escritos para pessoas que antes não tinham possibilidade de ter contato com

esse material. Foi a partir disso que a Europa passou a ter livros disseminados por toda a parte.

Foi através da tipografia e dos financiamentos dos bancos que no século XV foi possível a troca do controle dos saberes dos processos de se fazer livros para as mãos dos burgueses, que tinham uma grande necessidade de obter lucros com esta prática, além de sua vontade de educar e transformar um público anônimo e disperso. O que possibilitou a difusão do livro por toda a Europa, tornando possível para as pessoas que anteriormente não tinham a possibilidade de ter um livro pelo seu custo, agora de poder comprar e ler. Esta sim seria a revolução de Gutenberg, de possibilitar a reprodução em uma escala maior, barateando os custos do livro e tornando-os acessíveis. (BRAGANÇA, 2002)

Com o advento da sociedade moderna, a mídia foi se avolumando cada vez mais e interferindo de forma mais eficaz na formação e condução de nossas sociedades, demonstrando que a atividade midiática foi se tornando cada vez mais poderosa. Torna-se assim um poder não só na condição de influência através da comunicação, mas também em arrecadação, ou seja, passa a ser um poder econômico, o que a torna a mídia uma importante aliada do capitalismo.

A partir disso, forma-se a sociedade de massa, onde os meios de comunicação têm participação ativa no protagonismo dessa nova forma de vivência entre as pessoas, pois os produtos, serviços e ideologias só podem ser massificados através da mídia. Com essa realidade, controle-se também a cultura de massa que também pode ser produzida em escala para a venda.

Mas o que mais tem avolumado a participação da mídia nesse tipo de sociedade, é o fato de essa militar fortemente no campo das ideias, pois com esse viés, os meios de comunicação de massa passam a vender um modelo de sociedade que é massificado através de seus potentes meios de veiculação. O que de uma certa forma, torna-se em uma tentativa de homogeneizar a sociedade, pois esse é um dos princípios da massificação.

A mídia é chamada e considerada o Quarto Poder, ou seja, o quarto maior segmento econômico do mundo, sendo a maior fonte de informação e entretenimento que a população possui. O poder de manipulação da mídia pode atuar como uma espécie de controle social, que contribui para o processo de massificação da sociedade, resultando num contingente de pessoas que caminham sem opinião própria. Subliminarmente, através da televisão, das novelas, jornais e internet, é transmitido um discurso ideológico, criando modelos a serem seguidos e homogeneizando estilos de vida. (SANTOS, 2012, p. 3)

Todas as informações que se recebe através dos meios de comunicação, sempre sofrerá as consequências da análise cultural dos receptores, sendo assim, percebe-se que em cada sociedade em que uma mesma informação chega, ela recepcionada de uma maneira diferente, motivada pela formação cultural da mesma.

Mas, por outro lado, é importante entender que as informações não chegam até nós com pureza de conteúdo, pois elas passam pelo filtro da empresa de comunicação que a veicula, notícias acontecem a todo o momento, mas nem todas vão ao ar. Na hora de decidir o que será levado até ao público é onde entra o poder de influência dos donos desses meios, esse poder de decidir o que é mais importante para ser noticiado, e claro, sempre obedecendo aos interesses dos donos do referido meio, o que é chamado de linha editorial.

#### **4.2 A mediação e as concessões públicas**

As orientações dos meios de comunicação funcionam como filtro das informações que chegam até ao receptor, e esse filtro é de extrema importância no âmbito da mediação entre os acontecimentos (realidade), e o que chega até o público interessado. Pois essa filtragem não é para eliminar impurezas, mas sim para descartar aquilo que não interessa a linha editorial, e nesse jogo, a realidade dos fatos é profundamente alterada antes de chegar ao público final, colocando a massa a mercê dos interesses desses manipuladores.

Se é verdade que o receptor (enunciatário/enunciador), mobiliza o seu universo cultural para interpretar o que aparece nos meios de comunicação, seja de que gênero for, também é verdade que temos de levar em conta em nossa reflexões a mediação, o filtro que antecede o que ele está vendo, ouvindo ou lendo: a mediação no campo da produção. Ele só interpretará o que foi escolhido, no âmbito da produção, levando em conta vários aspectos, sobretudo a orientação da empresa detentora daquela mídia. (BACEGA, 2003, p. 26)

Pra se prestar qualquer serviço em nosso país, é preciso que se tenha legalmente a autorização para que isso aconteça, como exemplo se pode citar o direito de vender serviços de energia elétrica, prestar serviços de manutenção de estradas, com a devida cobrança de pedágio, entre outros. A comunicação não é diferente, para poder transmitir pelas ondas magnéticas de qualquer país democrático do mundo, inclusive no Brasil, é preciso que os proprietários usem dos direitos de uma concessão pública emitida pelo governo federal.

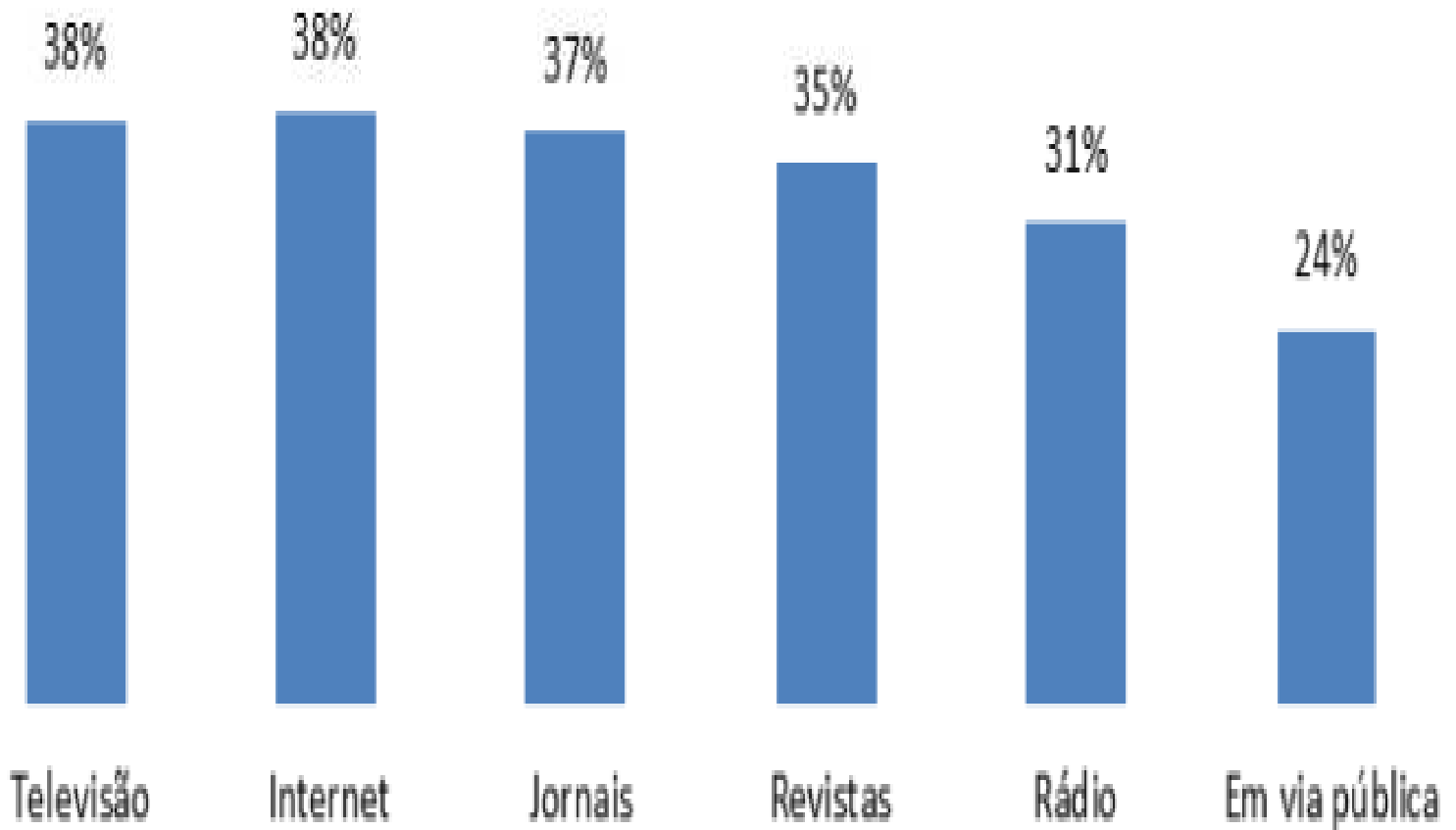
Mas no Brasil as empresas de rádio e TV, não se comportam como quem deve prestar contas de um direito de transmissão, pois elas têm esse direito, no caso do rádio por 10 anos, e

no caso da televisão por 15 anos. O problema é que a lei existe no país, é constitucional, mas não está regulamentada, o que gera margens para todo o tipo de interpretações, além de deixar essa área tão importante para a democracia sem critérios definidos para a sua atuação.

Em tese, rádio e televisão estão na mesma categoria que os serviços de energia elétrica, de navegação aérea, de transporte ferroviário e rodoviário, por exemplo. No entanto, diferentemente destes serviços, a radiodifusão opera sem critérios claros e com privilégios estranhos a um sistema democrático. Para que se tenha uma idéia, a lei que define as concessões públicas vale para todas as modalidades de serviço, menos para a radiodifusão. As emissoras de TV recebem a concessão por 15 anos e as de rádio, por 10 anos, e durante todo esse período os detentores das concessões não têm que prestar contas a ninguém sobre o uso que fazem delas. (Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2017)

O que mais atrapalha o processo de discussão desse tema é o fato de a sociedade estar bastante distante dessa discussão, pois ela não é promovida por nenhum meio de comunicação, portanto, ela deveria partir dos entes da sociedade civil. Deixando os donos da grande mídia cada vez mais a vontade para promoverem as suas desordens, apenas preocupados com os seus lucros tratando as suas emissoras como meras empresas responsáveis pelo seu enriquecimento.

## % da população que presta atenção na publicidade dos meios





Controle da mídia brasileira <https://www.cartacapital.com.br> acesso em 26/12/2017

Outro motivo de preocupação nessa questão é o fato de terem vários políticos donos de emissoras de rádio e TV, o que é terminantemente proibido pela constituição de nosso país. Segundo (Nonato, Bortolotti, 2009), no Brasil existem 271 políticos que são sócios ou diretores de 348 emissoras de radiodifusão (rádio e TV). 147 são prefeitos (54,24%) 48 (17,71%) deputados federais; 20 (7,38%) senadores; 55 (20,3%) deputados estaduais; um é governador.

Os empresários e políticos representantes das elites reinam sozinhos, ditam as regras e não cumprem nem o pouco que a lei prevê. Não há participação da sociedade no debate sobre a concessão e renovação das outorgas, que acontece sem responder a nenhum critério público. O processo é lento e sem transparência. Também não há fiscalização por parte do poder público, o que



permite que haja emissoras em funcionamento com outorgas que já venceram há quase 20 anos. (Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2017)

Na Constituição, que é a carta magna da República Brasileira está claro que Senadores e deputados não estão aptos a exercerem o cargo de diretores ou serem proprietários de qualquer tipo de empresa que presta serviços à população na condição de usuária de concessão pública. Dessa forma, é flagrante o desrespeito às leis da constituição do país em que esses políticos atua

O fato de essa lei está presente na constituição é para dar equilíbrio democrático às relações da política e dos políticos para com os meios de comunicação. Seria muito óbvio que se um meio de comunicação tem como proprietário um concorrente a cargo público, que tenha a sua disposição um meio de comunicação de massa, claro que esse político irá usar desse meio para se promover.

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

c) firmar ou manter contato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes; (CONSTITUIÇÃO, 1988)

Todas as coisas que existem para afrontar as leis deixam seus rastros, no caso das leis das concessões, pode ser citado o governo José Sarnei, que aliado a alguns coronéis da política nacional, promoveu a maior distribuição de concessões da história brasileira. Esse governo atuou em um período que empiricamente pode ser chamado de Inter constitucional, pois foi o primeiro governo civil após 21 anos de ditadura militar, mas atuou três anos sem a promulgação da Constituição vigente.

Usando desse “vácuo legal”, Sarney, aliado à Antônio Carlos Magalhães, chefe político da Bahia, distribuíram mais de mil outorgas de concessão para a radiodifusão, isso ente os anos de 1985 à 1988. A distribuição dessas outorgas serviu para arraigar apoios políticos locais, pois empresários, e até mesmo políticos, como foi o caso do próprio ACM e Sarney, receberam essas outorgas.

Além do mais, quase todas as concessões de TVs ficaram sendo afiliadas de emissoras de cunho nacional, passando assim a serem meras retransmissoras da programação. Isso contraria um outro artigo da constituição que prevê 90% da programação deve ser local, e apenas 10% nacional ou de rede, denotando a partir disso outro flagrante de desrespeito a lei nessa questão.

Com a instalação da Constituinte, a partir de 1987, Sarney e ACM encontraram nas concessões uma maneira de agradar os seus aliados políticos e utilizaram-nas para troca de favores. Em três anos e meio – de 15/03/85 a 5/10/88 –, Sarney distribuiu 1.028 outorgas, sendo 25% delas no mês de setembro de 1988, que antecedeu a promulgação da Constituição. O Diário Oficial da União do dia 29/9/88, seis dias antes de promulgada a Constituição, trouxe 59 outorgas em um só dia, todas assinadas na noite anterior. (Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2017)

Diante dessa realidade, fica evidente que a participação da sociedade é primordial para que as leis de comunicação desse país sejam devidamente postas em prática. Nota-se dessa maneira que ter leis não basta, é necessário que haja uma ação efetiva da sociedade civil para que as leis sejam postas em prática, somente com a pressão popular é que os poderosos da mídia e da política, nesse caso atuando lado a lado, irão ceder.

## **5. O que os professores pensam sobre o assunto?**

Essa Pesquisa se deu com os professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental de Camará, localizada no Sítio Camará, município de Matinhas, estado da Paraíba. Matinhas fica a 135 km de João Pessoa a capital do Estado, é um município de vocação rural, onde aproximadamente 80% da população vive da agricultura, os alunos da escola são todos oriundos de famílias rurais.

A pesquisa foi feita no turno da tarde, onde estudam 125 alunos que cursam o ensino fundamental II (de sexto a nono ano). Ministram aulas nessas turmas 10 professores, sendo que dois não responderam o questionário, e o outro é um dos autores desse trabalho, totalizando dessa forma, 70% dos professores que ensinam nesse educandário no turno da tarde.

O questionário que foi respondido pelos professores contava com cinco questões abertas que instigou os mesmos a responderem sobre questões relacionadas à mídia, a concessão para o seu funcionamento e a relação da mídia com as pessoas que exercem cargos públicos.

As perguntas ficaram assim formuladas:

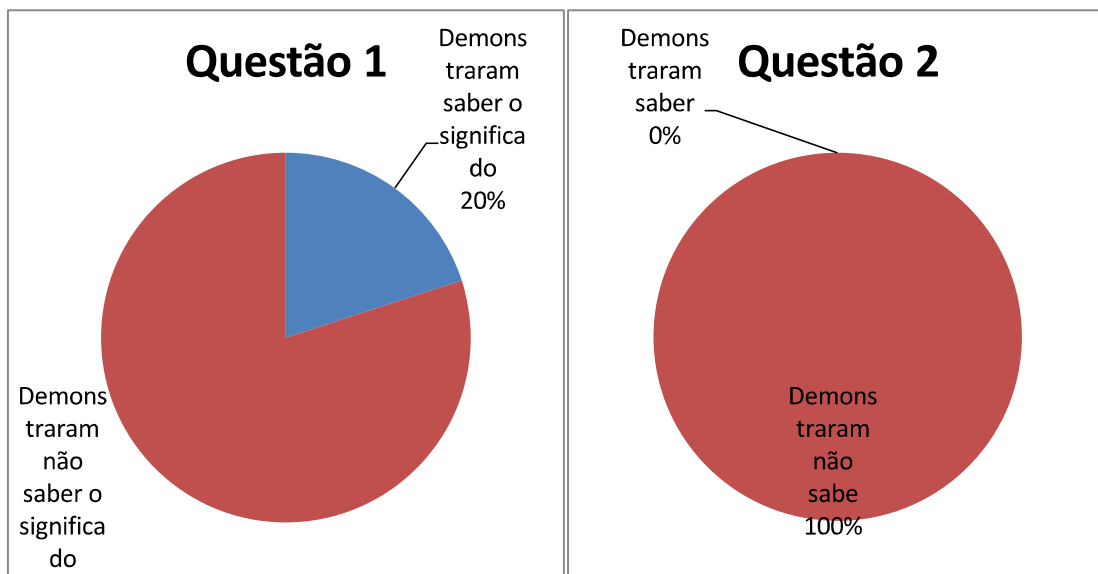
### **5.1 Questões sobre as concessões públicas junto aos professores**

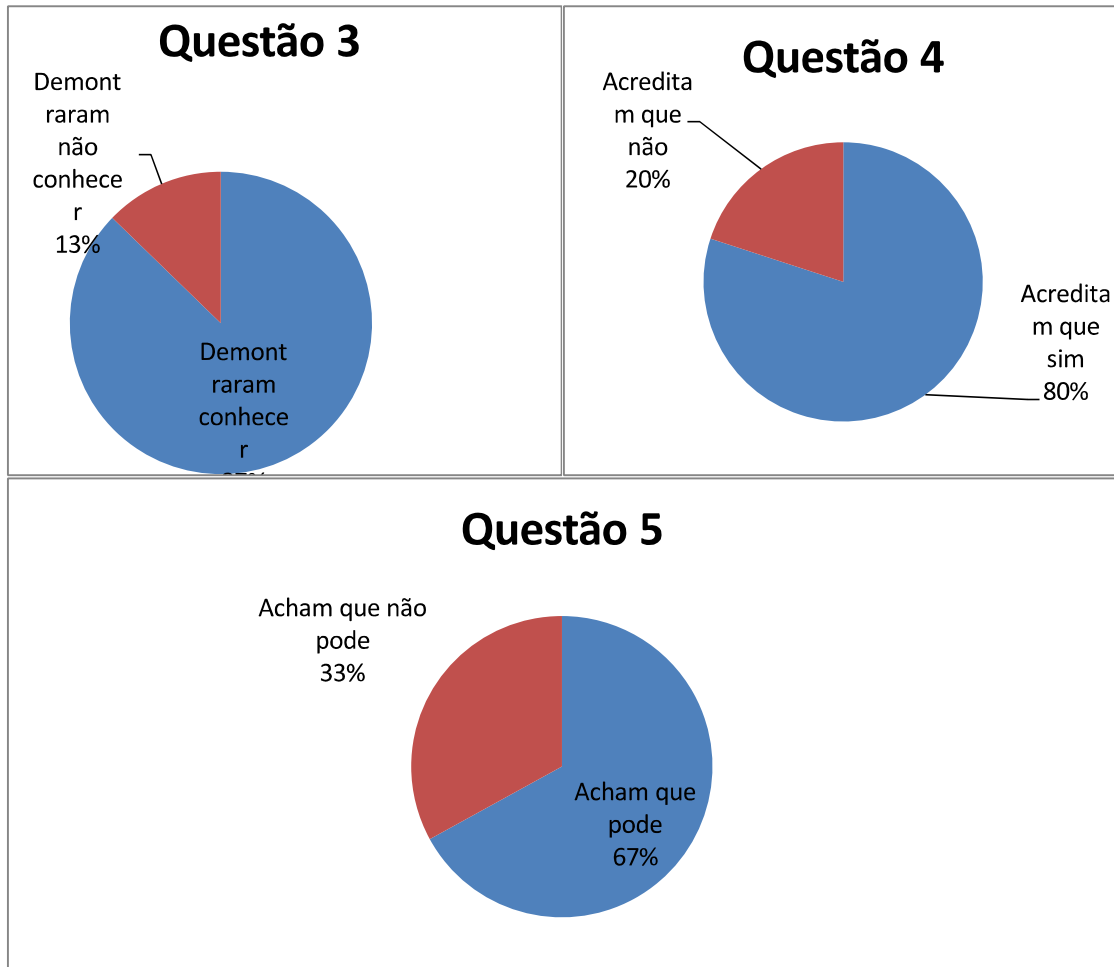
1. Você sabe o que significa concessão pública para a rádio difusão?

2. Na sua opinião, quais os pré-requisitos para que uma pessoa ou grupo possua uma emissora de rádio ou de TV.
3. Tu achas que as rádios e TV comerciais devem cumprir algumas funções sociais?
4. Você acredita que a constituição brasileira fala sobre esse assunto?
5. Político e familiares podem ser proprietários de emissoras de rádio e TV?

A pesquisa aconteceu entre os dias 11 e 15 de maio de 2015, e os docentes responderam as questões da seguinte maneira:

## .2 Respostas das questões sobre as concessões públicas para a mídia





**Gráfico 1: respostas dos professores em porcentagem**

Podemos observar na análise desse gráfico que a grande maioria dos professores não compreende a contento como acontece o processo de pedidos e concessão para o funcionamento de rádio e TV. Na verdade, esses profissionais têm uma ideia bastante superficial sobre o que concessão, e como se deve proceder para que uma empresa ou grupo de pessoas possam ter acesso a esse benefício.

É necessário que a escola se mobilize no sentido de melhorar as suas relações com os meios de comunicação, pois mesmo que a comunidade escolar não queira, a influência desses estão invadindo os educandários. A compreensão dos docentes na tarefa de compreender como acontecem as nuances para que os meios de comunicação funcionem, é de extrema valia nessa discussão.

Enquanto a escola continua com sua retórica pedagógica, conservadora, ocupando todo o tempo de sala de aula com esse discurso, o discurso dos

meios de comunicação está presente nos corredores, nos intervalos, nas conversas informais, tanto de professores quanto de alunos. É urgente que esse discurso outros saiam da clandestinidade e passem a constituir parte dos diálogos que deveriam ocorrer em sala de aula. (Bacega, 2003, p. 61)

A escola nesse sentido tem um papel preponderante a cumprir, pois ela forma cidadãos, pessoas que integrarão a sociedade, ela formará uma nova geração de intelectuais, e para tanto devem estar preparados para tratarem de assuntos relevantes como esse. As concessões públicas para a rádio difusão devem fazer parte das preocupações das salas de aula.

## **6. Considerações finais**

Entende-se a partir desse trabalho que o ser humano sendo um sujeito culturalmente comunicativo e político permeados pela educação, e as sociedades democráticas dependem dessas práticas para viverem em comunidade, por outro lado, em uma sociedade democrática, os meios de comunicação devem estar disponíveis para que haja interação dos cidadãos com esses meios. Também foi possível compreender que há no Brasil um flagrante desrespeito para com as leis constitucionais relacionadas às concessões públicas para que essas emissoras funcionem, e que a população em geral não está assim tão distante da política como forma de melhorar suas vidas e da sociedade em que vivem.

Uma maior participação popular na vida política do país, depende do conhecimento das pessoas em relação ao regime democrático, entendendo que a representatividade não desobriga os cidadãos comuns de participar das decisões de uma administração pública. Para que isso aconteça a educação se coloca como uma atividade indispensável para a formação desses cidadãos, compreender o processo democrático é sem dúvida uma ação de formação que deve ser promovida em sala de aula.

A generalização da política e dos políticos por parte da população em geral é oriunda da falta de informação da maioria das pessoas em relação ao que acontece nos poderes constituídos. Pois como foi possível perceber no resultado da pesquisa, a maioria dos entrevistados não sabiam função dos três poderes em separados, o que dificulta o entendimento do funcionamento da máquina administrativa.

Para que as pessoas participem da vida política da sociedade, é preciso que os componentes dessa estejam preparados através da educação para uma intervenção de qualidade, transformadora e comprometida com as questões sociais, preparados para assumir um papel protagonista na construção de uma nação. Já para que haja uma sociedade

democrática, é preciso uma construção participativa para tornar a comunicação como parte integrante da vida cotidiana, é preciso que a sociedade tome partido dessa tarefa, e participe propondo uma regulamentação das leis já existentes no país. Somente com os meios de comunicação devidamente democratizados uma sociedade pode garantir a liberdade de expressão.

## 7. Referências bibliográficas

BACEGA, Maria Aparecida: **Televisão e escola: uma mediação possível?** –São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003

BOULOS, Junior Alfredo. **História: Sociedade & Cidadania** – Edição Reformulada 9º ano. 2º edição – São Paulo: FTD, 2012.

BRAGANÇA, Aníbal. **Porque foi, mesmo, revolucionária a invenção da tipografia? O editor-impressor e a construção do mundo moderno.** In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Salvador/BA, 1 a 5 setembro, 2002. Disponível em:<http://ww.intercom.org.br/>. Acessado em: 13/05/2015

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CORTELLA, Mário Sérgio; RIBEIRO, Renato Janine. **Política: para não ser idiota.** Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2012.

DELLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política.** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

GOMES, Eduardo de Castro. **A escrita na História da humanidade**, disponível em: <http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Eduardo Aspectos da escrita na Historia da humanidade.pdf>, Acesso em: 11/05/2015

INTERVOZES. São Paulo: Coletivo Brasil de Comunicação Social, São Paulo, novembro de 2007.

LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. **Ensaio de Antropologia da Política.** Campina Grande: EDUEPB, 2011.

LIMA, Nonato, BORTOLOTTI, Plínio. **Mídia e poder político na atualidade brasileira.** Fortaleza, EDUECE, 2009.

NEVES, José Luiz. **Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades.** Caderno de Pesquisas em administração, São Paulo, v1, nº 3, 2º sem./1996.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à Teoria da Comunicação: problemas, correntes e autores.** 2.ed. São Paulo: Edicon, 2004.

SANTOS, Suely Emilia de Barros. **O impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade.** <http://www.abrapso.org.br/>. Acesso em: 13/05/2015